

Publicado no D.O.E. nº 9602
Dia 22 / 12 / 15

Convênio nº 141/2015
SEDS/FIA/DOAÇÃO – Instituto São José

SIT nº 27698

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS, COM RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA – FIA/PR, E O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE SÃO JOSÉ, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS AO ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

CONVÊNIO Nº 141/2015

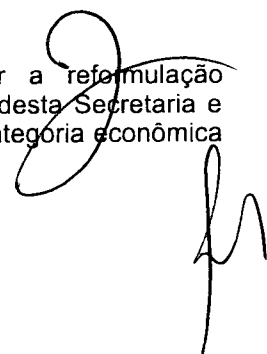
PROCESSO Nº 13.718.571-7

O Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.416.940/0001-28, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.088.839/0001-06, com recursos do **Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA/PR**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.632.896/0001-85, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº – Palácio das Araucárias, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, neste ato representada pela Secretária de Estado, senhora **FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHÁ**, portadora da CI nº 954.242-6, inscrita no CPF/MF sob nº 604.858.099-15, residente e domiciliada em Curitiba, Paraná, doravante denominados **CONCEDENTES**, e de outro lado o **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE SÃO JOSÉ**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.689.270/001-09, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 2460, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP 85.301-030, nesta ato representado pelo Presidente senhor **PAULO SERGIO BIANCHINI PEREZ**, portador da CI nº 2.080.022-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 499.243.389-87, residente e domiciliado a Rua Barão do Rio Branco, 2.400, Centro, em Laranjeiras do Sul, Paraná, denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio, devidamente autorizado pelo Senhor Governador do Estado, em data de **30/11/2015**, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Estadual nº 15.608/2007, correspondente, no Decreto Estadual nº 6.191/2012, na Resolução nº 028/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014 e na Instrução Normativa nº 061/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e o constante no Processo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por finalidade desenvolver ações voltadas a garantir os direitos da criança e do adolescente e implementar o Projeto “**Manutenção da Pediatria Hospitalar do Instituto São José**”, conforme Plano de Trabalho e Plano de Aplicação aprovado pela Deliberação nº 071/2015 – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CEDCA/PR**, que passam a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO: Excepcionalmente, admitir-se-à ao **CONVENENTE** propor a reformulação justificada do Plano de Aplicação, que será previamente apreciada pela área Técnica desta Secretaria e submetida à aprovação da **CONCEDENTE**, vedada, porém, a mudança do objeto e a categoria econômica das despesas.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – DA CONCEDENTE

- a) transferir os recursos financeiros para execução deste convênio, de acordo com o Plano de Aplicação aprovado, observada a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) A execução do presente convênio será acompanhada por representante da **CONCEDENTE** Registrado no **SIT-TCE**, que anotará em registro próprio toda a ocorrência relacionada à execução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas;
- c) providenciar a publicação deste instrumento no prazo e na forma da Lei, às suas expensas.

II – DO CONVENENTE

- a) na execução do Programa, observar, cumprir e fazer cumprir as determinações contidas na Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), especialmente no que tange ao objeto deste Convênio;
- b) apresentar declaração que não tem como dirigente ou controladores: **1)** Membros do Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Poder Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; **2)** servidor público vinculado ao Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.
- c) iniciar a execução do objeto do Convênio expresso no Plano de Trabalho em 30 (trinta) dias, após o recebimento dos recursos;
- d) não utilizar os recursos recebidos da **CONCEDENTE**, inclusive os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- e) promover as aquisições constantes do Plano de Aplicação aprovado, observando os princípios inerentes à utilização de valores e bens públicos, entre os quais o da moralidade, da impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia, de acordo com o art. 18, §1º e § 2º da Resolução nº 028/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014-TC;
- f) o atendimento ao princípio da economicidade deverá ser comprovado mediante prévia pesquisa de preços junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores do ramo do bem ou do serviço a ser adquirido, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica;
- g) os orçamentos deverão estar datados e discriminados de maneira que permitam comprovar que foi assegurada a isonomia aos interessados para fornecer o bem ou o serviço cotado;
- h) a comprovação das despesas efetuadas se dará por notas fiscais e demais documentos comprobatórios, revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter, além da descrição do bem ou do serviço adquirido, expressa menção ao número do convênio, seguido do ano e da sigla **SEDS/CEDCA/FIA**;
- i) o documento emitido deve ser legível, sem rasuras, e constar certificação do responsável pelo recebimento das mercadorias ou serviços prestados.
- j) apresentar relatórios em instrumentos indicados pela **SEDS** de execução físico-financeira deste Convênio, compatível com a liberação dos recursos transferidos, assim como relatórios técnicos quantitativos e qualificativos sobre a execução do objeto sempre que solicitado e na forma exigida;
- k) criar Unidade Gestora de Transferências – **UGT**, da entidade tomadora de recursos, para atendimento ao previsto no Art. 23 e seus incisos, §1º e §2º da Resolução nº 028/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014 – **TCE/PR**;
- l) responsabilizar-se por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, bem como por todos os litígios de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes dos recursos humanos utilizados no projeto pelo **CONVENENTE**;
- m) Identificar os Equipamentos/Material Permanente, adquiridos constantes no Plano de Aplicação com plaqueta contendo o seguinte texto: **SEDS/CEDCA/FIA – DELIBERAÇÃO Nº 071/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo da vigência deste Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, desde que solicitado com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos para a execução do objeto deste **Convênio**, no montante de **R\$ 12.320,00** (doze mil, trezentos e vinte reais), serão alocados conforme Plano de Aplicação aprovado, que correrá à conta da dotação orçamentária P/A **5760.08243174.421** – Rubricas **3350.4102** e **4450.4202**, Fonte de Recurso **284**, conforme Plano de Aplicação, e cujos empenhos de nº **5760.0000500334-1**, e nº **5760.0000500335-1**, ambos de 03/12/2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: o **CONVENIENTE** deverá depositar e movimentar os recursos financeiros liberados pela **CONCEDENTE**, exclusivamente em conta específica vinculada ao Convênio e em instituições bancárias oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), devendo ser aplicados financeiramente;

PARÁGRAFO SEGUNDO: a movimentação dos recursos pelo **CONVENIENTE**, somente poderá correr mediante emissão de cheque nominativo, cruzado e não endossável; ordem bancária, transferência eletrônica ou outra modalidade que identifique a destinação dos recursos e, nos casos de pagamento, o credor.

PARÁGRAFO TERCEIRO: o valor dos recursos da **CONCEDENTE** estabelecida no Convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

Os recursos financeiros mencionados na Cláusula Quarta, serão liberados conforme cronograma em parcela única.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: a liberação dos recursos financeiros da parcela citada ficará condicionada a apresentação das certidões exigidas na legislação em vigor, quais sejam: Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado; Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e abrange as Contribuições Sociais; Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer documentos que venham a ser exigidos por legislação específica como condições para recebimento de recursos públicos passarão automaticamente a fazer parte do rol desta Cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS

Os Equipamentos/Materiais Permanentes adquiridos com recursos financeiros transferidos pela **CONCEDENTE**, passarão a incorporar ao patrimônio do **CONVENENTE**, após a emissão do Termo de Objetivos Atingidos, Termo de Instalação e Funcionamento e a aprovação de contas final do Convênios, desde que assegurada a continuidade do Projeto de atendimento proposto inicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Sendo o Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos na cláusula Décima Primeira, bem como o Projeto ora apoiado deixar de ter o seu curso regular, os bens patrimoniais (equipamentos e materiais permanentes) acima referidos serão redirecionados a uma entidade congênere com programa similar na área da infância e adolescência, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da sede do **CONVENENTE**, após a aprovação da **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

É obrigatória a restituição pelo **CONVENENTE** de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira à **CONCEDENTE** (Conta Recursos FIA) ao final da execução do objeto, expiração do prazo de vigência, denúncia, rescisão ou extinção deste **Convênio**, devidamente atualizados monetariamente no prazo de **30 (trinta) dias**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONVENENTE** deverá, ainda, restituir a **CONCEDENTE** o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;
- b) Quando não for executado o objeto do ato da transferência voluntária do Convênio;
- c) Quando ocorrer qualquer fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **CONVENENTE** ficará obrigado a recolher à conta da **CONCEDENTE** (Conta Recursos FIA) o valor corrigido dos recursos alocados (**CONCEDENTE E CONVENENTE**) quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do Convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Fica a técnica **Ana Carla Novacovski**, inscrita no CPF/MF sob nº **724.745.629-04**, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do presente instrumento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho e/ou Projeto Básico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para o efetivo acompanhamento, controle e avaliação da execução do Plano de Trabalho, a **CONVENENTE** obriga-se a respeitar as normas estabelecidas na Resolução nº 028/11, alterada pela Resolução nº 46/2014 e Instrução Normativa nº 061/11, ambas do TCE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os atos relativos à prestação de contas deverão ser registrados no **SIT – Sistema Integrado de Transferência – TCE**.

CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS

Os documentos comprobatórios das despesas realizadas deverão ser arquivados pelo **CONVENENTE** em ordem cronológica, pelo período de 10 (dez) anos, conforme as disposições do art. 20 e seu parágrafo único, da Instrução Normativa nº 061/11 – TCE, em sua sede, onde ficarão à disposição da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – **SEDS**, e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CEDCA/PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS VEDAÇÕES

São vedadas despesas à conta dos recursos do presente Convênio porventura realizadas com finalidade diversa do estabelecido neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência, com posterior cobertura, e especialmente:

- a) cobrir despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- b) pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- c) pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do termo de transferência;
- d) aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- e) realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- f) pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais.

PARÁGRAFO ÚNICO: é vedada a contratação de dirigentes da entidade tomadora dos recursos ou de seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, ou de empresa em que estes sejam sócios cotistas, para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Convênio;
- b) a não execução do objeto conveniado;
- c) não cumprimento de qualquer cláusula do convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique em rescisão deste Convênio ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes no prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado, bem como o seu prazo de vigência prorrogado, observado o limite previsto na legislação vigente, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, vedada porém a mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de contas da Transferência se dará mediante as informações constantes do Sistema Integrado de Transferências – SIT, nos Termos da Resolução nº 028/11, alterada pela Resolução nº 46/2014 – TCE;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: os dados serão informados bimestralmente no Sistema Integrado de Transferências – SIT, independente da realização de repasses ou despesas e, em todos os bimestres deverá haver envio de informações ao Tribunal pelo **CONVENIENTE** e pela **CONCEDENTE**, por intermédio do SIT;

PARÁGRAFO SEGUNDO: o prazo final para o envio das informações no **SIT** será de 30 (trinta) dias para o **CONVENIENTE** e de 60 (sessenta) dias para a **CONCEDENTE**, contados do encerramento do bimestre a que se referem.

PARÁGRAFO TERCEIRO: no caso de o encerramento do prazo mencionado no **Parágrafo Segundo** recair em feriado ou final de semana, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

PARÁGRAFO QUARTO: sem prejuízo dos prazos finais para os fechamentos bimestrais, as demais informações poderão ser lançadas no Sistema Integrado de Transferência – SIT, a qualquer momento após a ocorrência do fato a ser informado.

PARÁGRAFO QUINTO: o prazo final para a prestação de contas de transferência será o mesmo para o encerramento do bimestre em que houver a extinção do ato, conforme definido no art. 15, §4º da Resolução nº 028/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014-TCE.

PARAGRAFO SEXTO: a **CONCEDENTE**, ao final da transferência encaminhará a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

As solicitações, comunicações e registro de ocorrências referentes ao presente Convênio deverão ser feitas via ofício, fax, e-mail, carta protocolada ou telegrama e nestes casos, deverão ser entregues no Escritório Regional: **Laranjeiras do Sul/PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Os partícipes, neste ato, elegem o Foro Central da Comarca da região Metropolitana de Curitiba, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Termo de Convênio, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Curitiba, 11 de Dezembro de 2015.

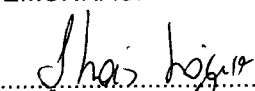


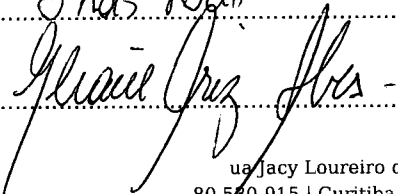
Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado do Trabalho e
Desenvolvimento Social



Paulo Sergio Bianchini Peres
Presidente do Instituto de Assistência Social e
Saúde São José

TESTEMUNHAS:

1: 

2: 


Assistente
Central de Convênios SEDS
RG: 6.223.288-9/PR


Assistente
Central de Convênios SEDS
RG 13.568.734-0/PR

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e os Municípios do Anexo I.
Objeto: Transferência de recursos financeiros para a implementação de ações para o "Programa Crescer em Família", Deliberação 022/2013 e 156/2013 - CEDCA/PR, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação.
Dotação Orçamentária: 5760.08243174.421, elementos de despesa 3340.4101 e 4440.4201, Fonte 131 - FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 10/11/2015, processo nº 13.337.728-0.

ANEXO I

Município/Processo nº	Nota Empenho nº	Conv. nº	Assinatura	Valor R\$
Toledo / 11.999.158-7	5760.0000.5.00303-1 5760.0000.5.00304-1	118/2015	01.12.2015	55.000,00
Toledo / 11.999.156-0	5760.0000.5.00318-1 5760.0000.5.00319-1	117/2015	01.12.2015	110.000,00

Curitiba, 18 de Dezembro de 2015.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
 Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS.
114543/2015

EXTRATO TERMO DE AJUSTE Nº 004/2015

Protocolado sob nº 13.241.257-0

Participes: O Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS e o Município de Salgado Filho.

Objeto: Termo de Cessão Temporária de Veículo por Empréstimo, Termo de Cessão nº 022/2015. Objetivando "a melhoria do atendimento da política de assistência social", conforme Plano de Trabalho aprovado pela SEDS.

Vigência: ... a partir da publicação, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Autorização Governamental: em 14.04.2015, protocolado nº 13.241.257-0.
Data assinatura: 10.12.2015.

Curitiba, 18 de Dezembro de 2015

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS
114551/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 141/2015

Protocolo: 13.718.571-7

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS e a Entidade Instituto de Assistência Social e Saúde São José

Objeto: Transferência de recursos financeiros para o financiamento na implementação de ações para o Projeto "Manutenção da Pediatria Hospitalar do Instituto São José", conforme Plano de Trabalho - Delib. 071/2015-CEDCA/PR.

Vigência: ... 24 (vinte e quatro) meses contados da data da publicação.
Valor: ... R\$ 12.320,00 (doze mil, trezentos e vinte reais).
Dotação Orçamentária: P/A 4421, elementos de despesa 3350.4102 e 4450.4202, Empenhos: 5760.0000.5.00334-1 e 5760.0000.5.00335-1, Fonte 284 - FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 30/11/2015, processo nº 13.718.571-7. Assinado em 11/12/2015.

Curitiba, 18 de Dezembro de 2015.

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS.
114549/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e as Entidades do Anexo I.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para a implementação de ações para o "Projeto de Atendimento para a Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes", Deliberação 133/2014, 067/2015 e 098/2015 - CEDCA/PR, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado.

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação.
Dotação Orçamentária: 5760.08243174.421, elementos de despesa 3350.4102 e 4450.4202, Fonte 131 - FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 08/10/2015, processo nº 13.708.870-3.

ANEXO I

Entidade/Processo nº	Nota Empenho nº	Conv. nº	Assinatura	Valor R\$
Grupo SOMA / 13.608.047-4	5760.0000.5.00330-1 5760.0000.5.00331-1	138/2015	01.12.2015	20.235,58
APAE de Arapongas / 13.634.249-5	5760.0000.5.00326-1 5760.0000.5.00327-1	135/2015	01.12.2015	46.718,12
Inst. Prosdócimo Gerra / 13.571.254-0	5760.0000.5.00320-1	131/2015	01.12.2015	96.681,12
Assoc. Antônio e Marcos Cavanis de Castro / 13.625.957-1	5760.0000.5.00328-1	136/2015	01.12.2015	67.220,00
APAE de Paraíso do Norte / 13.637.064-2	5760.0000.5.00329-1	137/2015	01.12.2015	40.400,00
APAE de São João do Caiuá / 13.630.203-5	5760.0000.5.00324-1 5760.0000.5.00325-1	134/2015	01.12.2015	40.420,00

Curitiba, 18 de Dezembro de 2015.

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS.
114548/2015

Coordenação da Receita do Estado

AUTORIZAÇÃO

Protocolo nº 13.760.599-6

1. **AUTORIZO**, de acordo com o Art. 1º, inciso II, do Decreto nº 6191, de 15 de outubro de 2012, com fulcro no inciso I do art. 33 da Lei Estadual 15.608/2007 e nos termos da Informação nº 137/2015-NJA/PGE/SEFA e da Informação de Inexigibilidade de Licitação 006/2015-CRE, a contratação da HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. para prestação serviços de suporte técnico e prestação de garantia de hardware HP por um período de 60 (sessenta) meses por inexigibilidade de Licitação sob nº 006/2015-CRE, no valor total de R\$ 205.962,59 (duzentos e cinco mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

2. A assinatura do contrato fica condicionado à apresentação dos comprovantes de regularidade fiscal da empresa.

Curitiba, 15 de dezembro de 2015.

Gilberto Calixto

Diretor da CRE

RATIFICAÇÃO

1. **RATIFICO**, com amparo legal no art. 35, § 2º, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e art. 26, da Lei Federal nº 8.666/1993, com fulcro no inciso I do art. 33 da Lei Estadual 15.608/2007 e de acordo com a Informação nº 137/2015-NJA/PGE/SEFA, a Autorização do Senhor Diretor da Coordenação da Receita do Estado para contratação da HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. para prestação serviços de suporte técnico e prestação de garantia de hardware HP por um período de 60 (sessenta) meses por Inexigibilidade de Licitação sob nº 006/2015-CRE, no valor total de R\$ 205.962,59 (duzentos e cinco mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), através do processo protocolado sob nº 13.760.599-6.

Curitiba, 15 de dezembro de 2015.

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário de Estado da Fazenda

114906/2015

**SECRETARIA DA FAZENDA
 INSPETORIA GERAL DE FISCALIZAÇÃO
 REGIME ESPECIAL N. 5.368/2015**

Protocolo: 13.338.804-4

BENEFICIÁRIA: BOCCHI ATACADO LTDA.

CAD/ICMS PR: 906.01006-21

CNPJ 16.417.108/0001-14

Endereço: Rodovia BR-277, s/nº, Km 598 - Santos Dumont - Cascavel - PR.

SÚMULA: Atribuição de condição de Substituto Tributário - Cláusula segunda, IV, do Protocolo ICMS 192/2009.

Diante do previsto no artigo 100, § 1º, do Regulamento do ICMS - RICMS/2012 e demais requisitos da legislação, concede-se à Beneficiária o seguinte Regime Especial:

1 - OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1.1. A Beneficiária fica eleita sujeito passivo por substituição, para efeito de retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes, nas operações de que trata o anexo X do RICMS/2012, relacionadas no Anexo Único deste Regime Especial

1.1.2. Em virtude do previsto no subitem 1.1., não será retido o imposto devido ao Paraná, relativo à substituição tributária, nas operações destinadas à Beneficiária com as mercadorias relacionadas nos artigos do anexo X do RICMS/2012, elencados no Anexo Único deste Regime Especial

1.1.3. A Beneficiária deste Regime Especial deverá, na saída de seu estabelecimento das mercadorias objeto das operações mencionadas no subitem 1.1., reter e recolher o ICMS devido por substituição tributária, na forma prevista na legislação, sendo vedadas as saídas a qualquer título para consumidor final.

1.1.4. A Beneficiária deverá orientar seus fornecedores para fazer constar no campo "observações" da nota fiscal que documentar as operações de que trata o subitem 1.1 a seguinte expressão: "Operação dispensada da substituição tributária, conforme Regime Especial N. 5.368/2015".

1.2. A Beneficiária, no ato do recebimento de mercadoria cujo imposto devido por substituição tributária já deva ter sido retido por operações anteriores, deverá apropriar-se do respectivo crédito, o qual corresponderá à soma do imposto da operação própria do remetente com o imposto